FOCO NA TESE

Lista FGV (inclui o ENAM)

Súmulas e teses do STF e do STJ cobradas em provas objetivas · versão de 16/10/2026

O que tem nesta lista

Bancas FGV: 71 provas.

Carreiras Defensoria, Delegado, Juiz Estadual, Juiz Federal, Juiz Leigo, Juiz do Trabalho, Magistratura - ENAM, Ministério Público, Procurador do Estado, Procurador do Município.

Provas 71 provas objetivas aplicadas de 2012 a 2026. A relação completa está no fim, em "Provas incluídas".

O que caiu 993 súmulas e teses caíram ao menos uma vez nessas provas: 232 súmulas do STJ, 94 súmulas do STF, 39 súmulas vinculantes, 353 teses de repercussão geral (STF) e 275 teses de recursos repetitivos (STJ).

Seções Súmulas do STJ · Súmulas do STF · Súmulas vinculantes · Teses de repercussão geral (STF) · Recursos repetitivos (STJ) · Provas incluídas. Cada seção traz TODAS as súmulas ou teses, inclusive as que nunca caíram.

Como ler

Súmula	Ramo do Direito	Tema	Enunciado	Situação	Data do julgamento
339	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	AÇÃO MONITÓRIA	É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública. **FGV:** MPE-RJ 2026, TJ-TO 2025, TRF1 2025, PGM Vitoria - ES 2024, ENAM 2024.1, PGE-SC 2022	Ativa	16/05/2007

- Quando a súmula ou tese caiu, as provas aparecem abaixo do texto, depois de uma linha em branco.
- O nome da banca vem em negrito; as bancas são separadas por " / " e, em cada banca, as provas vão da mais recente para a mais antiga.
- Sem provas abaixo do texto = não caiu em nenhuma prova desta lista.
- Súmulas canceladas ou superadas continuam na lista, com a situação na coluna "Situação": quando caem, costumam ser pegadinha.

O que conta como "caiu"

Uma súmula ou tese conta quando conhecê-la ajudava a responder a questão: para marcar a alternativa certa ou para descartar uma errada. Questões que apenas tratam do mesmo assunto, mas se resolvem sem a tese, não contam.

© 2026 Foco na Tese. Todos os direitos reservados.

Súmula	Ramo do Direito	Tema	Enunciado	Situação	Data do julgamento
1	DIREITO CIVIL	INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.	Ativa	25/04/1990
2	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	HABEAS DATA	Não cabe o habeas data (CF, art. 5., LXXII, letra "a") se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.	Ativa	08/05/1990
3	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.	Ativa	08/05/1990
4	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Estadual julgar causa decorrente do processo eleitoral sindical.	Superada	08/05/1990
5	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSO ESPECIAL	A simples interpretação de clausula contratual não enseja recurso especial.	Ativa	10/05/1990
6	DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de polícia militar, salvo se autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade.	Superada	07/06/1990
7	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSO ESPECIAL	A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.	Ativa	28/06/1990
8	DIREITO EMPRESARIAL	FALÊNCIA E CONCORDATA	Aplica-se a correção monetária aos créditos habilitados em concordata preventiva, salvo durante o período compreendido entre as datas de vigência da Lei 7.274, de 10-12-84, e do Decreto-lei 2.283, de 27-02-86.	Obsoleta	29/08/1990
9	DIREITO PROCESSUAL PENAL	PRISÃO	A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.	Superada	06/09/1990
10	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA	Instalada a Junta de Conciliação e Julgamento, cessa a competência do Juiz de Direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.	Ativa	26/09/1990
11	DIREITO CIVIL	USUCAPIÃO	A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.	Ativa	26/09/1990
12	DIREITO ADMINISTRATIVO	DESAPROPRIAÇÃO	Em desapropriação, são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.	Parcialmente superada	30/10/1990
13	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSO ESPECIAL	A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial.	Ativa	08/11/1990
14	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento.	Ativa	08/11/1990
15	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	AÇÃO ACIDENTÁRIA	Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho. **FGV:** TST 2023	Ativa	08/11/1990
16	DIREITO BANCÁRIO	CONTRATO BANCÁRIO	A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária.	Ativa	14/11/1990
17	DIREITO PENAL	ESTELIONATO	Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.	Ativa	20/11/1990
18	DIREITO PENAL	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.	Ativa	20/11/1990
19	DIREITO BANCÁRIO	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.	Ativa	04/12/1990
20	DIREITO TRIBUTÁRIO	ICMS	A mercadoria importada de país signatário do GATT é isenta do ICM, quando contemplado com esse favor o similar nacional.	Ativa	04/12/1990
21	DIREITO PROCESSUAL PENAL	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução. **FGV:** TJ-AM 2013	Ativa	06/12/1990
22	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Não há conflito de competência entre o Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do mesmo estado-membro.	Obsoleta	13/12/1990
23	DIREITO TRIBUTÁRIO	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	O Banco Central do Brasil é parte legítima nas ações fundadas na Resolução 1154, de 1986.	Ativa	19/03/1991
24	DIREITO PENAL	ESTELIONATO	Aplica-se ao crime de estelionato, em que figure como vítima entidade autárquica da previdência social, a qualificadora do § 3º, do art. 171 do Código Penal.	Ativa	04/04/1991
25	DIREITO EMPRESARIAL	FALÊNCIA E CONCORDATA	Nas ações da Lei de Falências o prazo para a interposição de recurso conta-se da intimação da parte.	Ativa	10/04/1991
26	DIREITO EMPRESARIAL	TÍTULOS DE CRÉDITO	O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário.	Ativa	12/06/1991
27	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	EXECUÇÃO	Pode a execução fundar-se em mais de um título extrajudicial relativos ao mesmo negócio.	Ativa	12/06/1991
28	DIREITO BANCÁRIO	CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.	Ativa	25/09/1991
29	DIREITO EMPRESARIAL	FALÊNCIA E CONCORDATA	No pagamento em juízo para elidir falência, são devidos correção monetária, juros e honorários de advogado.	Ativa	09/10/1991
30	DIREITO BANCÁRIO	CONTRATO BANCÁRIO	A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis.	Ativa	09/10/1991
31	DIREITO BANCÁRIO	SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	A aquisição, pelo segurado, de mais de um imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, situados na mesma localidade, não exime a seguradora da obrigação de pagamento dos seguros.	Ativa	09/10/1991

© 2026 Foco na Tese. Todos os direitos reservados.

Súmula	Ramo do Direito	Tema	Enunciado	Situação	Data do julgamento
32	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	Compete à Justiça Federal processar justificações judiciais destinadas a instruir pedidos perante entidades que nela tem exclusividade de foro, ressalvada a aplicação do art. 15, II da Lei 5010/66.	Parcialmente superada	24/10/1991
33	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	INCOMPETÊNCIA RELATIVA	A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício. **FGV:** TRF3 2025, TJ-AM 2013	Ativa	24/10/1991
34	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Estadual processar e julgar causa relativa a mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.	Ativa	13/11/1991
35	DIREITO DO CONSUMIDOR	CONSÓRCIO	Incide correção monetária sobre as prestações pagas, quando de sua restituição, em virtude da retirada ou exclusão do participante de plano de consórcio.	Ativa	13/11/1991
36	DIREITO EMPRESARIAL	FALÊNCIA E CONCORDATA	A correção monetária integra o valor da restituição, em caso de adiantamento de câmbio, requerida em concordata ou falência.	Ativa	11/12/1991
37	DIREITO CIVIL	DANO MORAL	São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.	Ativa	12/03/1992
38	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades. **FGV:** TRF6 2025	Ativa	19/03/1992
39	DIREITO ADMINISTRATIVO	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	Prescreve em vinte anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.	Superada	08/04/1992
40	DIREITO PENAL	EXECUÇÃO PENAL	Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, considera-se o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.	Ativa	07/05/1992
41	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DO STJ	O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.	Ativa	14/05/1992
42	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento. **FGV:** TRF6 2025, TJ-PE 2022	Ativa	14/05/1992
43	DIREITO CIVIL	RESPONSABILIDADE CIVIL	Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.	Ativa	14/05/1992
44	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	AUXÍLIO-SUPLEMENTAR	A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.	Ativa	16/06/1992
45	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	REEXAME NECESSÁRIO	No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública. **FGV:** ENAM 2026.1	Ativa	16/06/1992
46	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	EXECUÇÃO	Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.	Ativa	13/08/1992
47	DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR	Compete à Justiça Militar processar e julgar crime cometido por militar contra civil, com emprego de arma pertencente à corporação, mesmo não estando em serviço.	Superada	20/08/1992
48	DIREITO PENAL	ESTELIONATO	Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque. **FGV:** TJ-PE 2022	Ativa	20/08/1992
49	DIREITO TRIBUTÁRIO	ICMS	Na exportação de café em grão, não se inclui na base de cálculo do ICM a quota de contribuição, a que e refere o art. 2. do Decreto-lei 2.295, de 21.11.86.	Ativa	08/09/1992
50	DIREITO TRIBUTÁRIO	ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA	O adicional de tarifa portuária incide apenas nas operações realizadas com mercadorias importadas ou exportadas, objeto do comércio de navegação de longo curso.	Ativa	08/09/1992
51	DIREITO PENAL	CONTRAVENÇÃO PENAL	A punição do intermediador, no jogo do bicho, independe da identificação do "apostador" ou do "banqueiro".	Ativa	17/09/1992
52	DIREITO PROCESSUAL PENAL	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. **FGV:** TJ-AM 2013	Ativa	17/09/1992
53	DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais. **FGV:** PC-SC 2024	Ativa	17/09/1992
54	DIREITO CIVIL	RESPONSABILIDADE CIVIL	Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual. **FGV:** TJ-BA 2023 (juiz leigo)	Ativa	24/09/1992
55	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal.	Ativa	24/09/1992
56	DIREITO ADMINISTRATIVO	DESAPROPRIAÇÃO	Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.	Ativa	29/09/1992
57	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de cumprimento fundada em acordo ou convenção coletiva não homologados pela Justiça do Trabalho.	Superada	29/09/1992
58	DIREITO TRIBUTÁRIO	EXECUÇÃO FISCAL	Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.	Ativa	29/09/1992

© 2026 Foco na Tese. Todos os direitos reservados.

Súmula	Ramo do Direito	Tema	Enunciado	Situação	Data do julgamento
59	DIREITO PROCESSUAL PENAL	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.	Ativa	08/10/1992
60	DIREITO EMPRESARIAL	TÍTULOS DE CRÉDITO	É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.	Ativa	14/10/1992
61	DIREITO CIVIL	CONTRATO DE SEGURO	O seguro de vida cobre o suicídio não premeditado.	Cancelada	14/10/1992
62	DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído a empresa privada.	Ativa	19/11/1992
63	DIREITO CIVIL	DIREITO AUTORAL	São devidos direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais.	Ativa	25/11/1992
64	DIREITO PROCESSUAL PENAL	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa. **FGV:** TJ-AM 2013	Ativa	03/12/1992
65	DIREITO TRIBUTÁRIO	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	O cancelamento, previsto no art. 29 do Decreto-lei 2.303, de 21.11.86, não alcança os débitos previdenciários.	Ativa	15/12/1992
66	DIREITO TRIBUTÁRIO	EXECUÇÃO FISCAL	Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional. **FGV:** TRF6 2025, TRF5 2025	Ativa	15/12/1992
67	DIREITO ADMINISTRATIVO	DESAPROPRIAÇÃO	Na desapropriação, cabe a atualização monetária, ainda que por mais de uma vez, independente do decurso de prazo superior a um ano entre o cálculo e o efetivo pagamento da indenização.	Ativa	15/12/1992
68	DIREITO TRIBUTÁRIO	ICMS	A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.	Cancelada	15/12/1992
69	DIREITO ADMINISTRATIVO	DESAPROPRIAÇÃO	Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.	Ativa	15/12/1992
70	DIREITO ADMINISTRATIVO	DESAPROPRIAÇÃO	Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença.	Superada	15/12/1992
71	DIREITO TRIBUTÁRIO	ICMS	O bacalhau importado de país signatário do GATT é isento do ICM.	Ativa	15/12/1992
72	DIREITO BANCÁRIO	CONTRATO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	A comprovação da mora e imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.	Ativa	14/04/1993
73	DIREITO PENAL	ESTELIONATO	A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual. **FGV:** PC-PI 2026	Ativa	15/04/1993
74	DIREITO PENAL	MENORIDADE PENAL	Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.	Ativa	15/04/1993
75	DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o policial militar por crime de promover ou facilitar a fuga de preso de estabelecimento penal.	Superada	15/04/1993
76	DIREITO DO CONSUMIDOR	CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL	A falta de registro do compromisso de compra e venda de imóvel não dispensa a prévia interpelação para constituir em mora o devedor.	Ativa	28/04/1993
77	DIREITO TRIBUTÁRIO	PIS - PASEP	A Caixa Econômica Federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo das ações relativas às contribuições para o fundo PIS/PASEP.	Ativa	04/05/1993
78	DIREITO PROCESSUAL PENAL	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR	Compete à Justiça Militar processar e julgar policial de corporação estadual, ainda que o delito tenha sido praticado em outra unidade federativa. **FGV:** TJ-MG 2022	Ativa	08/06/1993
79	DIREITO BANCÁRIO	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Os bancos comerciais não estão sujeitos a registro nos Conselhos Regionais de Economia.	Ativa	08/06/1993
80	DIREITO TRIBUTÁRIO	ICMS	A taxa de melhoramento dos portos não se inclui na base de cálculo do ICMS.	Ativa	15/06/1993
81	DIREITO PROCESSUAL PENAL	FIANÇA	Não se concede fiança quando, em concurso material, a soma das penas mínimas cominadas for superior a dois anos de reclusão.	Superada	17/06/1993
82	DIREITO ADMINISTRATIVO	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO	Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos a movimentação do FGTS. **FGV:** TRF5 2025	Ativa	18/06/1993
83	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSO ESPECIAL	Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.	Ativa	18/06/1993
84	DIREITO DO CONSUMIDOR	CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL	É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.	Ativa	18/06/1993
85	DIREITO ADMINISTRATIVO	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação.	Ativa	18/06/1993
86	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	RECURSO ESPECIAL	Cabe recurso especial contra acordão proferido no julgamento de agravo de instrumento. **FGV:** TJ-SC 2024 (edital 44)	Ativa	18/06/1993
87	DIREITO TRIBUTÁRIO	ICMS	A isenção do ICMS relativa a rações balanceadas para animais abrange o concentrado e o suplemento.	Ativa	28/09/1993

© 2026 Foco na Tese. Todos os direitos reservados.